



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(dos Srs. Fernando Francischini e Simplício Araújo)

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 048/14

Requer que seja convocado
o Senhor Nestor Cerveró, Ex-Diretor da
Área Internacional da Petrobras.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, seja convocado o Senhor Nestor Cerveró, Ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas semanas, diversos órgãos de comunicação divulgaram matérias referentes à compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, nos EUA, no ano de 2006. Compra essa que superou um bilhão de dólares. Sendo que, no ano de 2005, essa mesma refinaria tinha sido adquirida pela empresa "Astra Oil" por 42,5 milhões de dólares. Ou seja, a Petrobras pagou um valor 20 vezes superior.

Há contradições entre as declarações prestadas pelo ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli, pela Presidente da República Dilma Rousseff, e pela atual Presidente da Petrobras Maria das Graças Foster, conforme matérias publicadas no sítio g1 e IstoÉdinheiro abaixo reproduzidas.



Leandro Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matr. 232.868

28/03/14, 14:40



CONGRESSO NACIONAL

Segundo declarações da Presidente da República, a compra da refinaria deu-se em função de um parecer falho elaborado pelo ex-diretor da área internacional da estatal e atual diretor da BR Distribuidora Nestor Cerveró.

Gabrielli também põe em xeque versão de Dilma

Por Tiago Décimo e Andreza Matais

Presidente da Petrobras de 2005 a 2012, período da compra da polêmica refinaria de Pasadena, nos EUA, Sérgio Gabrielli afirmou nessa quinta-feira, 20, que as cláusulas que obrigaram a estatal brasileira a ficar com toda a planta são "normais em negociações de grandes empresas". A declaração ocorre dois dias após o jornal **O Estado de S. Paulo** revelar que a hoje presidente da República, Dilma Rousseff, apoiou o negócio bilionário em 2006, quando era chefe da Casa Civil do governo Lula e presidente do Conselho de Administração da Petrobrás.

Dilma disse, em nota, que só deu seu apoio porque não tinha conhecimento das cláusulas. O "resumo técnico" que embasou a decisão, disse a presidente, não explicitava que, em caso de desentendimento com a sócia belga Astra Oil, uma das partes teria de ficar os 50% da outra.

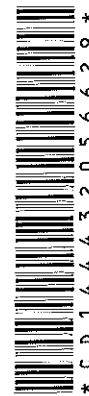
O desentendimento surgiu e a Petrobras, que havia pago US\$ 360 milhões em 2006 por metade da refinaria, desembolsou mais US\$ 820 milhões em 2012 para ficar com toda a planta, num negócio que superou US\$ 1 bilhão. O pagamento ocorreu após um longo litígio com os belgas.

"Quando você compra uma participação em uma empresa, é normal que você preveja a possibilidade de venda dela", disse Gabrielli, num discurso que sugere uma contestação à fala da presidente, de que não tinha conhecimento das cláusulas. Diretores da Petrobrás afirmaram reservadamente ontem que, como presidente do conselho, Dilma teria como saber de todas as cláusulas do contrato.

Gabrielli, porém, não quis revelar se as cláusulas foram debatidas pelo conselho. "As discussões internas são privadas e eu me reservo o direito de preservar a confidencialidade delas", disse o ex-presidente da estatal, que hoje integra o primeiro escalão do governo Jaques Wagner (PT) na Bahia.

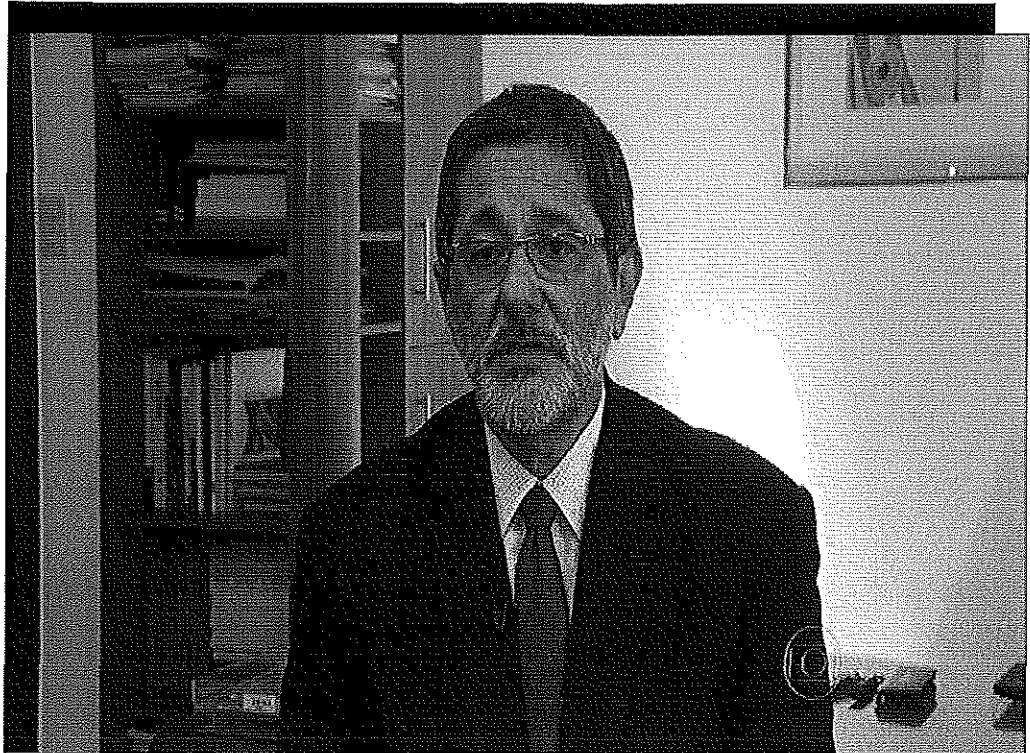
Intenso. Em audiência na Câmara dos Deputados em maio do ano passado, a atual presidente da Petrobrás, Graça Foster, foi questionada sobre as discussões que antecederam a decisão do Conselho de Administração pela compra da refinaria americana. Ela disse que as discussões do conselho sempre são muito "intensas" e chegam a durar "semanas". "Treinamos bastante para irmos ao conselho", disse à Comissão de Minas e Energia.

O deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA), líder do PSDB na Câmara, teve de insistir três vezes para que ela respondesse "se houve alguma manifestação de membro do Conselho de Administração, seja criticando ou desaprovando essa negociação".





CONGRESSO NACIONAL



O ex-presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, afirmou que a cláusula que obrigou a estatal a comprar por um alto valor uma refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, é comum em aquisição de empresas. Gabrielli estava à frente da petroleira quando as negociações para a compra da refinaria, iniciadas em 2006, ocorreram. A presidente Dilma Rousseff, que na época presidia o conselho da Petrobras, divulgou nota na última quarta-feira (19), dizendo que aprovou o negócio com base em um relatório "falho", que omitia essa cláusula.

A operação é investigada no Tribunal de Contas da União (TCU), na Polícia Federal e no Ministério Público, por suspeita de superfaturamento e evasão de divisas.

Na nota, Dilma fez referência à cláusula chamada de Put Option, que determinava que, em caso de desacordo entre os sócios, a outra parte seria obrigada a adquirir o restante das ações. Foi o que aconteceu entre a Petrobras e a belga Astra Oil.

A Astra Oil comprou a refinaria de Pasadena em 2005, por US\$ 42,5 milhões. Um ano depois, a estatal brasileira decidiu adquirir 50% da refinaria ao custo de US\$ 360 milhões, e se tornou sócia da empresa belga.

Em 2008, as companhias entraram em desacordo e a Astra Oil se baseou na cláusula Put Option para exigir na Justiça que a Petrobras comprasse o restante da refinaria. O valor determinado por um juiz dos EUA foi US\$ 820,5 milhões, pagos em 2012.

No total, o negócio custou US\$ 1,18 bilhão à empresa brasileira, valor mais de 27 vezes superior ao que a Astra Oil pagou pela refinaria em 2005.



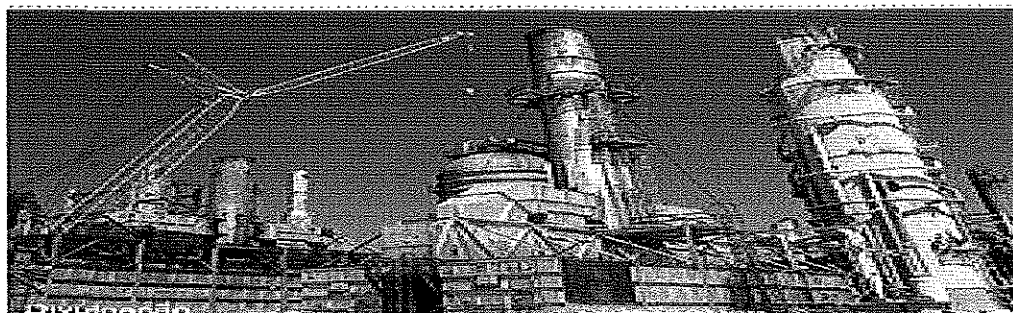


CONGRESSO NACIONAL

Gabrielli, que deixou a presidência da Petrobras em 2012 e atualmente é secretário de Planejamento no governo da Bahia, disse nesta quinta-feira (20) que a cláusula que obrigou a Petrobras a adquirir os 50% restantes é normal em operações desse tipo.

Refinaria supervalorizada

Petrobras acabou pagando US\$ 1,18 bilhão por usina que custava US\$ 42 milhões



- | | |
|-------------|--|
| 2005 | ▪ Belga Astra Oil compra refinaria de Pasadena (EUA) por US\$ 42,5 milhões |
| 2006 | ▪ Conselho de Administração da Petrobras, presidido na época pela atual presidente da República, Dilma Rousseff, aprova compra de 50% das ações da refinaria
▪ Valor: US\$ 360 milhões , pagos à Astra Oil (US\$ 190 milhões em papéis e US\$ 170 pelo petróleo de Pasadena) |
| 2008 | ▪ Astra Oil e Petrobras se desentendem por causa de investimentos em Pasadena
▪ Astra vai à Justiça para obrigar a Petrobras a fazer a compra dos 50% restantes das ações
▪ Belgas se baseiam na cláusula Put Option, que está no contrato entre ambas e que determina que, se houver briga entre os sócios, a outra parte é obrigada a ficar com todas as ações
▪ Petrobras questiona, pela primeira vez, segundo Dilma, a Put Option e uma segunda cláusula, Marlim, que garantia lucro anual de 6,9% à Astra Oil |
| 2012 | ▪ Por determinação judicial, a Petrobras paga US\$ 820,5 milhões à Astra Oil pelo 50% restantes |
| 2013 | ▪ O Tribunal de Contas da União (TCU) decide investigar supostas irregularidades na compra da refinaria |
| 2014 | ▪ Dilma afirma que só deu aval à compra dos primeiros 50% da refinaria porque desconhecia cláusulas Put Option e Marlim, que não apareceriam no resumo apresentado ao Conselho
▪ Compra é investigada por Polícia Federal, TCU e Ministério Público por suspeita de superfaturamento e evasão de divisas |



g1.com.br

Infográfico elaborado em 20/3/2014

"A Put Option é uma cláusula comum nas aquisições de empresas porque ela reflete apenas o direito, de quem está vendendo, em determinadas circunstâncias, de vender para o outro", afirmou.



CONGRESSO NACIONAL

"Em geral, em todas as aquisições, quando você compra uma participação acionária, você leva em conta a possibilidade de vender depois. Então, você cria mecanismos para isso, do ponto de vista contratual", acrescentou Gabrielli. "Qualquer banco de investimento pode atestar que é uma cláusula comum".

A nota da Presidência da República, divulgada na última quarta, diz que o documento apresentado pela área internacional, chamado de resumo executivo, omitia ainda uma segunda cláusula, conhecida como Marlim, que garantia à sócia da Petrobras um lucro de 6,9% ao ano mesmo que as condições de mercado fossem adversas.

O governo disse que a compra não teria sido aprovada pelo conselho da Petrobras se as duas cláusulas tivessem constado do resumo.

Perguntado se todos os diretores e conselheiros tiveram acesso a informações relevantes para a decisão da compra, Gabrielli disse que não comentaria processos internos da Petrobras.

Impacto nas contas da estatal

Gabrielli reconheceu que a compra da refinaria teve impacto nas contas da estatal, mas acredita que não tenha comprometido a empresa. "Não há como um valor desse comprometer uma empresa que vale o que a Petrobras vale. Na verdade, você tem um impacto importante. Não há dúvida que o impacto é importante."

O ex-presidente da estatal defendeu o negócio, afirmando que a compra dos primeiros 50% da refinaria, em 2006, ocorreu em um momento em que o mercado brasileiro não crescia. "A decisão de ir para os EUA é uma decisão de 1999. Desde 1999 ela (a Petrobras) vem registrando oportunidades para descobrir refino nos EUA", afirmou. "Essa era uma das refinarias. Ela foi adquirida a preços que correspondem à metade dos preços do mercado."

Sobre o valor pago, Gabrielli disse: "Primeiro tem um erro. Não há esse valor de US\$ 360 milhões da primeira parte". Segundo ele, os primeiros 50% da refinaria foram comprados por US\$ 190 milhões, valor que "representou a mudança que ocorreu no mercado americano entre 2005 e 2006", comentou, sobre a comparação com os US\$ 42,5 milhões pagos pela Astra Oil.

"E esses outros US\$ 170 milhões correspondem a estoques que estavam na refinaria, que foram processados nos próximos anos", completou. "Portanto, é necessário levar em conta que você comprou metade da capacidade por US\$ 190 milhões e a matéria-prima e produtos intermediários equivalentes ao valor de US\$ 170 milhões".

TCU diz que havia informações

Ao **G1**, o ministro do TCU, José Jorge, afirmou nesta quinta que o Conselho de Administração da Petrobras tinha acesso a informações completas antes de decidir sobre a compra da refinaria.

Atualmente, o processo que analisa a operação tramita na área técnica do TCU, no Rio de Janeiro. José Jorge diz esperar que até abril o relatório já esteja em seu





CONGRESSO NACIONAL

gabinete, para que ele possa redigir seu voto. "A gente quer analisar isso logo. Já está no TCU desde março do ano passado, queremos finalizar logo", afirmou.

Dessa forma, Senhor Presidente, a convocação que ora requeiro, torna-se imprescindível à consecução das investigações a cargo desta Comissão Mista, destinada a apurar os recorrentes escândalos envolvendo a maior empresa brasileira, a Petrobras.

Sala das Sessões, em de de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**
Líder do Solidariedade/PR

Dep. **SIMPLICIO ARAÚJO**
Vice-Líder do Solidariedade/MA

